



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 101.989/14

CONTRATO N. 2014/188.5

QUINTO ADITIVO AO CONTRATO
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS
DEPUTADOS E A PLANSUL
PLANEJAMENTO E CONSULTORIA
EIRELI PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTINUADOS NA ÁREA
DE OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
DE ÁUDIO E VÍDEO E DE
TRANSMISSÃO DE RÁDIO E
TELEVISÃO.

Ao(s) TRINTA E UM dia(s) do mês de ABRIL de dois mil e dezessete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor LÚCIO HENRIQUE XAVIER LOPES, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a, PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, situada na Rua Joaquim Costa n. 270 em Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob o n.78.533.312/0001-58, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Procurador, o senhor JOSE GERALDO GONÇALVES, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília - DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 141/14 e seus Anexos, daqui por diante denominado EDITAL, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente aditivo decorre do seguinte:

a) prorrogação da vigência contratual pelo período de 90 (noventa) dias, contados de 1º/9/17, com amparo no artigo 57, II, da LEI, correspondente ao artigo 105, II, do REGULAMENTO;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

b) formalização da repactuação contratual que reajustou os salários das categorias em 6%, a partir de 1º/10/16; e em 1%, a partir de 1º/03/17, decorrente de Convenção Coletiva de Trabalho.

c) formalização dos reajustes dos itens “Reembolso Creche”, a partir de 1º/02/17; e “Seguro de Vida”, a partir de 1º/03/17, concedidos pela Convenção Coletiva de Trabalho.

Este Aditivo é celebrado com cláusula de rescisão antecipada para tão logo esteja concluído o procedimento licitatório que visa à prestação dos serviços em questão

O Contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2014/188.5, passa a vigorar com redação modificada nas seguintes Cláusulas:

“

CLÁUSULA TERCEIRA – DO QUADRO DE PESSOAL E DOS SALÁRIOS

A CONTRATADA deverá alocar, para a prestação dos serviços objeto da presente contratação, quadro de pessoal que obrigatoriamente atenda às exigências editalícias, com, pelo menos, o seguinte quantitativo e salários, por categoria:

DESCRIÇÃO	QUANT. <u>mínima</u>	SALÁRIO DE <u>NO MÍNIMO</u>
Supervisor Técnico Operacional	1	R\$ 9.639,96
Supervisor Técnico	4	R\$ 6.885,68
Operador de Sonorização e Multimídia	33	R\$ 3.545,40
Operador de Transmissão	5	R\$ 2.618,56
TOTAL	43	R\$ 167.273,68

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA estará obrigada a creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, que deverão ser de agências localizadas em Brasília-DF, até o quinto dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços, em horário bancário.

Parágrafo segundo – Todo o acréscimo salarial devido ao empregado será calculado sobre o salário do mês a que se referir e discriminado em folha de pagamento.

Parágrafo terceiro – Possíveis reajustes aos salários fixados deverão obedecer à política salarial vigente das categorias, sendo que as entidades de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

classe consideradas pela CONTRATANTE como legítimas representantes da categoria profissional são o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Distrito Federal (RADIALISTAS-DF) e o Sindicato das Empresas de Televisões, Rádios, Revistas e Jornais do Distrito Federal (SINTERJ-DF).

Parágrafo quarto – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer, até o 5º dia útil do mês em referência, auxílio-alimentação, cujo valor está fixado em R\$ 24,31 (vinte e quatro reais e trinta e um centavos) por dia, correspondente a 15,5 (quinze inteiros e cinco décimos) dias por mês, para a categoria de Operador de Transmissão, e 22 (vinte e dois) dias por mês, para as demais categorias.

Parágrafo quinto – O valor do auxílio-alimentação deverá ser integralmente repassado aos empregados.

Parágrafo sexto – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer, se for o caso, até o 5º dia útil do mês em referência, auxílio-transporte de sorte a assegurar o deslocamento diário do empregado no percurso residência/local de trabalho/residência, correspondente a 15,5 (quinze inteiros e cinco décimos) dias por mês, para a categoria de Operador de Transmissão, e 22 (vinte e dois) dias por mês, para as demais categorias.

Parágrafo sétimo – Fica a critério da CONTRATADA, proceder às deduções legalmente permitidas na concessão do auxílio-transporte.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

O preço total do presente Contrato é de R\$ 1.016.777,80 (um milhão, dezesseis mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta centavos), a ser pago em parcelas, de acordo com a seguinte composição mensal:

MONTANTE "A"	
1.Salários	R\$ 167.273,68
2.Adicional Noturno	R\$ 2.578,42
3.Remuneração (1+2)	R\$ 169.852,10
4.Encargos Sociais (35,95%)	R\$ 61.061,83
5.Subtotal Montante "A" (3+4)	R\$ 230.913,93
MONTANTE "B"	
6.Grupo 1 do montante "B"	R\$ 29.145,22
Auxílio alimentação	R\$ 21.806,06
Auxílio transporte	R\$ -

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Uniforme	R\$	5.200,74
Seguro de vida	R\$	1.947,35
Reembolso Creche	R\$	191,07
Auxílio funeral	R\$	-
Ganho Eventual		
7.Subtotal Montante "A" + Grupo 1 do montante "B" (5+6)	R\$	260.059,15
8.Taxa de administração (22,59%)	R\$	58.747,36
9.Preço básico mensal (7+8)	R\$	318.806,51
10.Despesas com 13º salário (90 dias)		R\$ 60.358,26
	R\$	169.852,10
	R\$	27.091,41
	R\$	44.489,54
11.Preço Global Total (90 dias)		R\$ 1.016.777,80

.....

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia de R\$ 50.838,89 (cinquenta mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, de acordo com o artigo 56 da LEI, correspondente ao artigo 93 do REGULAMENTO, observado, ainda, o disposto no Título 6 do Anexo n. 3 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – A garantia deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas à CONTRATADA;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATADA decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

Parágrafo segundo – A garantia será prestada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato. A garantia só poderá ser levantada ao final da vigência contratual e deverá cobrir todo o período de vigência contratual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo terceiro - Também poderá ser considerada como a data do protocolo de entrega, a data informada no documento de rastreamento de entrega de correspondências obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Parágrafo quarto – A falta de prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o EDITAL, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa correspondente a 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do valor estipulado para a garantia, por dia de atraso, a ser aplicada do 16º ao 60º dia, sem prejuízo do parágrafo quinto desta Cláusula.

Parágrafo quinto – A falta de prestação da garantia no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia útil imediato ao da assinatura do contrato, ensejará a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar na suspensão temporária de participação em licitação e no impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, ainda, a rescisão unilateral do contrato por inexecução da obrigação e a aplicação da multa prevista no parágrafo terceiro desta Cláusula.

Parágrafo sexto – Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção, até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.

Parágrafo sétimo – No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital e no REGULAMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2017NE002405, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Programa de Trabalho:

01.031.0553.4061.5664-

Processo Legislativo, Fiscalização e
Representação Política (Administração
Legislativa)

Natureza da Despesa

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.37 – Locação de Mão-de-Obra

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de 01/09/17 a 30/11/17, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do artigo 57 da LEI, correspondente ao inciso II do artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – Este contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

Parágrafo segundo - Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido tão logo esteja concluído o procedimento licitatório em andamento que visa à prestação dos serviços em questão

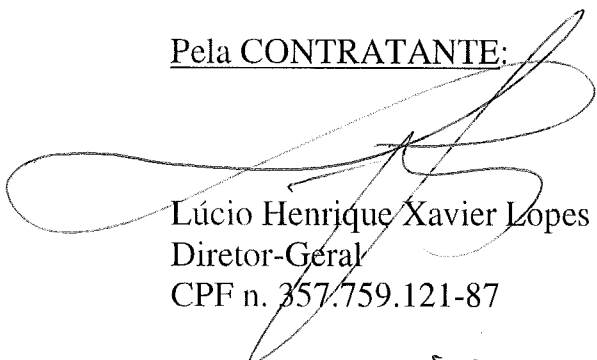
.....”

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas por este Aditivo.

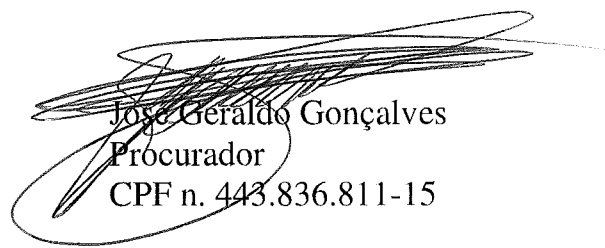
E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 6 (seis) páginas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 31 de Agosto de 2017.

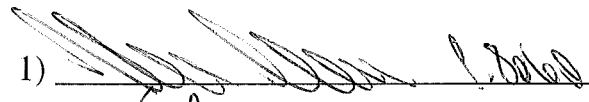
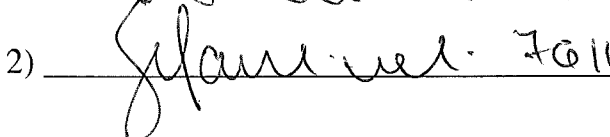
Pela CONTRATANTE:


Lúcio Henrique Xavier Lopes
Diretor-Geral
CPF n. 357.759.121-87

Pela CONTRATADA:


José Geraldo Gonçalves
Procurador
CPF n. 443.836.811-15

Testemunhas:

1) 
2) 

CCONT/ML